

BASE GOVERNISTA NO CONGRESSO NÃO QUER DISCUTIR AGORA O CASO DO GRAMPO TELEFÔNICO.

PRIMEIRO O AJUSTE

Beto Barata/Photo Agência



Ainda é cedo: Madeira, Arruda e Álvares não gostaram da decisão de Mendonça de Barros em querer antecipar sua ida ao Legislativo para explicar denúncias em relação à venda das teles

Lydia Medeiros e
Liana Verdini
Da equipe do Correio
Com agências

A prioridade é a votação do ajuste fiscal pelo Legislativo e nada deve atrapalhar esse objetivo. É isso o que querem os líderes do governo, que ontem se mobilizaram para neutralizar a repercussão negativa das denúncias envolvendo o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e a privatização das teles. Os líderes trabalham para assegurar a votação amanhã de seis medidas provisórias que permitirão promulgar a reforma da Previdência, e a tramitação da emenda que prorroga e aumenta a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Preocupados com a sorte do pacote fiscal e irritados com Mendonça de Barros, os líderes foram ontem em comitiva ao Palácio do Planalto. Voltaram ao Congresso como os donos da bola, depois da decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso: a presença do ministro no

Congresso para explicar as denúncias do grampo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é bem-vinda e necessária, mas caberá aos líderes decidir o melhor momento para prestar esses esclarecimentos.

"Achamos ótima a disposição do ministro, mas quem tem a estratégia congressional somos nós. E a hora é de votar o ajuste", definiu o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso. Os líderes Elcio Álvares (PFL-ES), Arnaldo Madeira (PSDB-SP) e Arruda mal disfarçaram as críticas a Mendonça de Barros que, sem combinar com nenhum representante da base governista, se dispôs a explicar o caso a parlamentares. "O ministro só virá ao Congresso depois da votação do ajuste fiscal", declarou Arruda.

CALENDÁRIO

Apesar do esforço para atenuar os efeitos do grampo no Legislativo, as denúncias podem comprometer o cronograma de votações do ajuste. As medidas são parte do acordo fechado com o Fundo Monetário Internacio-

nal (FMI). Por isso, o governo corre contra o tempo. E desconfia da fidelidade absoluta de sua base, sobretudo com a proximidade do fim da legislatura. "Não temos a maioria do 'sim senhor'. Temos que ter negociação toda semana", admitiu Madeira.

O governo quer aprovar amanhã as seis medidas provisórias sem alterações. Para isso, tratou primeiro de convencer os relatores das MPs. Até o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, foi ao Congresso ontem. Durante boa parte da tarde, Everardo esteve reunido com o senador Edison Lobão (PFL-MA), relator da MP que eleva a alíquota da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) de 2% para 3%, com cobrança também para as instituições financeiras.

O secretário não gostou da mudança feita pelo relator, que preferiu compensar o aumento da Cofins na Contribuição sobre o Lucro Líquido e não no Imposto de Renda das empresas. Lobão quis preservar estados e municípios, que teriam perdas com a fórmula original, já que a compensação no IR diminui o bolo dos Fundos

de Participação. A alteração, se aprovada amanhã, pode prejudicar as áreas de Saúde e Previdência, financiadas com a arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e pela Cofins. Com a mudança, fica prejudicado um dos objetivos da medida, de combater a sonegação, pois o desconto só seria permitido às empresas com imposto a pagar.

COBRANÇA

Há outras MPs polêmicas. Entre elas, a que dispõe sobre as regras para os regimes especiais de previdência do funcionalismo da União, estados e municípios. O governo incluiu artigo que, na prática, institui a cobrança previdenciária aos servidores públicos aposentados. Para a oposição, o artigo é inconstitucional, porque a matéria já foi rejeitada duas vezes pelo Congresso e não poderia ser retomada numa MP antes do dia 16 de dezembro, quando deve começar a convocação extraordinária do Congresso, inaugurando nova sessão legislativa.

Há ainda MPs antigas, como a que altera a Lei de Organização da Assistência Social, com cinquenta reedi-

ções; a que trata do PIS/Pasep, com 38 reedições e até uma MP que regulamentava pontos do Proer, também na 38ª edição. Promete dar trabalho ao governo ainda a MP que dispõe sobre a utilização de títulos públicos na quitação de débitos com o Tesouro Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A emenda que prorroga a CPMF, com alíquota de 0,38% para 1999 e 0,30% nos dois anos seguintes, começa a tramitar amanhã e também está entre as maiores preocupações do governo. A expectativa de arrecadação no próximo ano é de R\$ 7,2 bilhões, quase a metade do que a equipe econômica espera obter com impostos no programa fiscal. O projeto será apresentado pelo líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE).

Em Belo Horizonte, o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, declarou que os parlamentares devem preservar o sentido da proposta do governo, que é o de reduzir os gastos públicos com "o mínimo de sacrifício". Hoje à tarde, o ministro estará na Comissão Mista de Orçamento para explicar os cortes.